



PARECER JURÍDICO

REFERÊNCIA: PROJETO DE LEI Nº 0058, DE 08 DE JULHO DE 2025, DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL QUE REORGANIZA E REESTRUTURA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E O FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do senhor Prefeito Municipal, que tem por objetivo reorganizar e reestruturar o Conselho Municipal de Política Cultural e o Fundo Municipal de Política Cultural e dá outras providências.

Consta da exposição de motivos do responsável pela Pasta, corroborada pela justificativa do autor do projeto, anexadas ao projeto de lei:

“Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o incluso Projeto de Lei que reorganiza e reestrutura o Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC) e o Fundo Municipal de Política Cultural do Município de Botucatu, revogando dispositivos anteriormente em vigor e adequando a política pública de cultura às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

A presente proposta legislativa tem por objetivo central a modernização dos instrumentos institucionais voltados à formulação, controle social e financiamento das políticas culturais locais. A medida se fundamenta na necessidade de alinhamento com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal (arts. 215 e 216), pela Lei nº 12.343/2010 (que institui o Plano Nacional de Cultura) e pelas normas infraconstitucionais relativas à gestão democrática da cultura.

Dentre os principais avanços promovidos pelo Projeto de Lei, destacam-se:

- 1. A substituição do anterior Conselho Municipal de Cultura pelo Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), com a atribuição de atuar como órgão colegiado, permanente, paritário, normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas culturais;*
- 2. A vinculação do CMPC à Secretaria Municipal de Cultura, sem subordinação hierárquica, resguardando sua autonomia institucional;*
- 3. A reestruturação do Fundo Municipal de Política Cultural, com novos mecanismos de gestão, controle e aplicação dos recursos públicos, de modo a garantir maior transparência, eficiência e equidade no financiamento das iniciativas culturais.*

O novo marco legal proposto ainda fortalece os mecanismos de participação social e valoriza os processos de planejamento cultural, incluindo a promoção de Conferências Municipais, a elaboração do Plano Municipal de Cultura e o estímulo à cooperação entre poder público e sociedade civil.

Diante do exposto, considerando a relevância da matéria para o desenvolvimento cultural do Município de Botucatu, conto com o apoio de Vossa Excelência para o encaminhamento do Projeto de Lei à Câmara Municipal, a fim de que se viabilize sua pronta tramitação e aprovação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



Respeitosamente,

*Maria Cristina Cury Ramos
Secretária Municipal de Cultura*



Primeiramente cumpre esclarecer que o Conselho Municipal é considerado um efetivo mecanismo para a concretização da democracia participativa preconizada pela Constituição Federal de 1988, tratando-se de importante meio para auxiliar a formulação, implementação e fiscalização das políticas públicas.

Os conselhos municipais objetivam avaliar e apresentar novas diretrizes e soluções para o pleno funcionamento da política pública de seu interesse no município.

A iniciativa assegura importante instrumento de participação social que objetiva integrar as diversas esferas da sociedade, aumentando a eficácia das ações governamentais, permitindo a participação da população, por meio da sociedade civil organizada, na formulação e acompanhamento das políticas de prevenção, planejamento e desenvolvimento do Município.

O CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural, que visa a presente propositura substitui o Conselho Municipal de Cultura, a ser extinto, com observação ao PNC - Plano Nacional de Cultura, Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, adequando a política pública de cultura às diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

O Projeto de lei tem por objetivo central a modernização dos instrumentos institucionais voltados à formulação, controle social e financiamento das políticas culturais locais, se fundamentando na necessidade de alinhamento com os princípios estabelecidos pela Constituição Federal (arts. 215 e 216), pela Lei nº 12.343/2010 (que institui o Plano Nacional de Cultura) e pelas normas infraconstitucionais relativas à gestão democrática da cultura.

Como se extrai da exposição de motivos, os principais avanços promovidos pelo Projeto de Lei são a substituição do anterior Conselho Municipal de Cultura pelo Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), com a atribuição de atuar como órgão colegiado, permanente, paritário, normativo, consultivo, deliberativo, controlador e fiscalizador das políticas culturais, com vinculação do CMPC à Secretaria Municipal de Cultura, sem subordinação hierárquica, resguardando sua autonomia institucional.

Também se nota a reestruturação do Fundo Municipal de



Política Cultural, com novos mecanismos de gestão, controle e aplicação dos recursos públicos, de modo a garantir maior transparência, eficiência e equidade no financiamento das iniciativas culturais, bem como fortalece os mecanismos de participação social e valoriza os processos de planejamento cultural, incluindo a promoção de Conferências Municipais, a elaboração do Plano Municipal de Cultura e o estímulo à cooperação entre poder público e sociedade civil.



No artigo 29, inciso XII da Constituição Federal encontramos o berço constitucional dos Conselhos Municipais, estando dispostas as atribuições dos municípios, assegurando a “*cooperação das associações representativas no planejamento municipal*”.

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os municípios, é tratada nos artigos a seguir da Lei Maior, destacando-se no presente caso os seguintes termos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação;

...

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

...

Art. 216-A... §4º. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias.

Na CF/88, o artigo 215 é claro ao referir que “*O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.*”

Cumprir informar que a reorganização de um conselho municipal com seu respectivo fundo caracteriza a implementação de uma política pública, configurando-se como ato de gestão, e, por isso, a iniciativa compete ao Prefeito, constituindo atividade puramente administrativa.

Ademais, a Lei Orgânica do Município de Botucatu trata do tema da cultura nos seguintes dispositivos:



Art. 6º Compete ao Município, em comum com a União e o Estado, de conformidade com a legislação complementar federal:

...

*V - **proporcionar os meios de acesso à cultura**, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 51/2016)*

...

Art. 220 O Município considerará a cultura como um serviço essencial e garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais, apoiando, respeitando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais, através de:

I - criação, manutenção e abertura de espaços públicos devidamente equipados e capazes de garantir a produção, divulgação e apresentação das manifestações culturais e artísticas;

II - oferecimento de estímulos concretos ao cultivo das ciências, artes e letras;

III - cooperação com a União e o Estado na proteção aos locais e objetos de interesse histórico, artístico, arquitetônico e arqueológico;

IV - incentivo à promoção e divulgação da história, dos valores humanos e das tradições locais;

V - desenvolvimento de intercâmbio cultural e artístico com outros Municípios, Estados e Países;

VI - acesso aos acervos das bibliotecas, museus, arquivos e congêneres;

VII - promoção do aperfeiçoamento e valorização dos profissionais da cultura, inclusive através da concessão de bolsas de estudos na forma de lei;

VIII - instituição de Programas de Educação Cultural como matéria inter e multidisciplinar;

IX - abertura dos espaços das Escolas Municipais as entidades para realizam eventos culturais, observando a disponibilidade e autorização prévia;

X - incentivo aos grupos de teatro do Município, devidamente registrados através de cessão de espaço público e incentivos financeiros para montagens de espetáculos, conforme condições determinadas em lei.

O projeto de lei em análise também se coaduna com o previsto na Lei Complementar nº 1.224/2017 (Plano Diretor Participativo do Município de Botucatu):

CAPITULO IV - DAS AÇÕES E POLÍTICAS CULTURAIS

Art. 138 A política municipal de cultura estabelece o papel do Município na gestão da





cultura, explicita os direitos culturais que devem ser assegurados e define pressupostos que fundamentam programas, projetos e ações formulados e executados pelo Município, com a participação da sociedade.

Art. 139 As ações e políticas culturais compreendem a concepção tridimensional da cultura simbólica, cidadã e econômica.

§ 1º A Dimensão Simbólica da Cultura é representada pelos bens de natureza material e imaterial que constituem o patrimônio cultural do Município, abrangendo todos os modos de viver, fazer e criar dos diferentes grupos formadores da sociedade botucatuense.

§ 2º A Dimensão Cidadã da Cultura estabelece que os direitos culturais façam parte dos direitos humanos e devem se constituir em plataforma de sustentação das políticas culturais.

§ 3º A Dimensão Econômica da Cultura abrange a criação de condições para o desenvolvimento da cultura como espaço de inovação e expressão da criatividade local e fonte de oportunidades de geração de ocupações produtivas e de renda, fomentando a sustentabilidade e promovendo a desconcentração dos fluxos de formação, produção e difusão das distintas linguagens artísticas e múltiplas expressões culturais.

Seção I - Dos Direitos Culturais

Art. 140 As ações e políticas culturais têm por objetivo assegurar o pleno exercício dos direitos culturais a todos os cidadãos, promovendo o acesso universal à cultura, por meio do estímulo à criação artística, da democratização das condições de produção, da oferta de formação, da expansão dos meios de difusão, da ampliação das possibilidades de fruição e da livre circulação de valores culturais.

Art. 141 A garantia dos direitos sociais será assegurada mediante as seguintes diretrizes:

I - Atender, com programas e projetos de ação, difusão, formação e desenvolvimento cultural, as necessidades específicas de cada região, criando elementos normativos para garantir e ampliar o funcionamento da rede de equipamentos culturais e o estabelecimento de horários condizentes com os períodos ociosos e de lazer dos usuários;

II - Desenvolver políticas públicas de promoção e proteção do patrimônio cultural do município;

III - Desenvolver políticas públicas de promoção e proteção das culturas indígenas, populares e afro-brasileiras e, ainda, de iniciativas voltadas para o reconhecimento e valorização da cultura de outros grupos sociais, étnicos e de gênero;

IV - Garantir plena liberdade para a criação, a fruição e a difusão da cultura;

V - Assegurar o direito à participação na vida cultural às pessoas com deficiência,





garantindo condições de acessibilidade e oportunidades de desenvolver e utilizar seu potencial criativo, artístico e intelectual;

VI - Garantir a participação da sociedade nas decisões de política cultural através do Sistema Municipal de Cultura e suas instâncias, composto pela Secretaria Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Políticas Culturais, Conselho Municipal de Financiamento à cultura e Plano Municipal de Cultura.



Interessante notar que o Plano Diretor de 2017 já previa essa nova nomenclatura, que visa ser adotada agora, conforme destacado acima.

Cabe salientar que a instituição de referido Conselho, ocorrerá observando-se a exigência fundamental e inerente a qualquer Conselho Municipal que é sua composição no mínimo paritária, ou seja, ser formado por pelo menos metade de integrantes pertencentes à sociedade civil.

Esse entendimento pacífico pode ser constatado por exemplo na oportunidade em que o TCU determinou ao Ministério da Saúde que se “*abstivesse de transferir valores aos entes da federação que não observam a paridade na composição do respectivo Conselho de Saúde, de forma a privilegiar as unidades que tenham compromisso com o efetivo controle social, consoante previsto nos incisos II e parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.142/90, c/c a terceira diretriz da Resolução nº 333/2003, do Conselho Nacional de Saúde*”.

Por exemplo, a Lei 8.142/90 estabelece que para receberem os recursos do Fundo Nacional de Saúde - FNS, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal deverão contar com Fundo de Saúde, Conselho de Saúde, com composição paritária nos moldes do Decreto nº 99.438, de 7 de agosto de 1990.

Ademais, embora seja uma previsão da Constituição Estadual de Santa Catarina, que se atentou expressamente para isso no artigo 14, inciso I, salienta-se que a composição dos conselhos deve se dar de maneira a observar a paridade, devendo ser respeitada naquele caso também por força do princípio da simetria:

Art. 14. São instrumentos de gestão democrática das ações da administração pública, nos campos administrativo, social e econômico, nos termos da lei:

I – o funcionamento de conselhos estaduais, com representação paritária de membros do Poder Público e da sociedade civil organizada;

Continuando na análise do tema “Conselho Municipal”, cumpre informar que podem possuir caráter fiscalizador, deliberativo, consultivo,



normativo e propositivo, citando-se a seguir seus conceitos:

- FISCALIZADOR: Além da Câmara de vereadores e do Tribunal de Contas, alguns conselhos podem e devem fiscalizar as contas públicas e emitir parecer conclusivo;

- DELIBERATIVO: Podem decidir sobre assuntos, formular planos e normas, competindo o caráter decisório sobre as suas funções;

- CONSULTIVO: Tem a responsabilidade de emitir pareceres sobre assuntos de sua competência, sendo consultados pelo Poder Executivo, mas sem poder de decisão;

- NORMATIVO: Reinterpreta as normas vigentes como também as cria;

- PROPOSITIVO: Propõe ações ao Poder Executivo.

Os conselhos funcionam como uma organização capaz de estreitar a relação entre o governo e sociedade civil a partir da participação popular em conjunto com a administração pública nas decisões regentes na sociedade. Um exercício de democracia na busca de soluções para os problemas sociais, com benefício da população como um todo.

No que concerne à criação do Fundo atrelado ao Conselho, importante observar o que dispõe o artigo 71 e seguintes da Lei Federal 4.320/1964:

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a fundos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

Embora juridicamente não se possa conceituar o Fundo como sendo propriamente um órgão da administração pública, inegavelmente é ele um “ente” que recebe, administra e aplica recursos para atendimento das políticas públicas para as quais foi criado, e, sendo desprovido de personalidade jurídica, obrigatoriamente deve estar





vinculado a um órgão, no caso, à *Secretaria Municipal de Cultura*.

Portanto, a criação de qualquer ente, tenha ele a denominação que for – Fundo, Conselho, Comissão – para auxiliar a administração na implantação e desenvolvimento das políticas públicas, implicará matéria cujo conteúdo diz respeito à própria organização administrativa do município, sua estruturação, atribuições de secretarias, órgãos e demais entidades, além do próprio orçamento, cujas competências são privativas do Executivo Municipal, nos termos do artigo 32, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

Desta feita, percebe-se que a iniciativa da criação de Fundos Municipais é de competência exclusiva do chefe do Poder Executivo, por tratar-se da utilização específica de receitas municipais, com vinculação a realização de serviços específicos.

Alguns conceitos doutrinários informam que: " (...) *o fundo especial não é entidade jurídica, órgão ou unidade orçamentária, ou ainda uma conta mantida na Contabilidade, mas tão somente um tipo de gestão financeira de recursos ou conjunto de recursos vinculados ou alocados a uma área de responsabilidade para cumprimento de objetivos específicos, mediante a execução de programas com eles relacionados*" .

Logo, por serem desprovidos de personalidade jurídica (pessoa jurídica de direito público interno é o Município) e por não se constituírem em órgãos (órgão é o Conselho), os fundos, obrigatoriamente, devem ser vinculados administrativamente a um órgão do Poder Público.

Também, alude-se que a instituição de Fundo Municipal dependerá sempre de lei local, que tanto poderá ser uma lei específica quanto a própria lei instituidora do Conselho Municipal específico, como é o caso do projeto em análise.

Criado o Fundo Municipal com vinculação ao Conselho Municipal específico, cumpre destacar que esta vinculação não está a significar que o Conselho será o responsável por sua contabilização e escrituração. Significa, isto sim, que nenhum recurso poderá ter destinação e aplicação sem que tenham sido deliberado politicamente (e tecnicamente) pelo Conselho.

É dizer: a gestão do Fundo deve operacionalizar-se em dois momentos distintos: o primeiro, no qual o Conselho, através de seus membros, discute e delibera acerca da destinação dos recursos do Fundo, ou seja, define quais as prioridades a serem atendidas. No segundo momento, o Conselho vai definir qual o montante de recursos





a ser destinado a cada prioridade anteriormente definida. A junção desses dois momentos vai constituir o Plano de Aplicação do Conselho, imprescindível para que possa ocorrer a liberação dos recursos existentes no Fundo Municipal.

Desse modo andou bem o projeto ao não prever que a secretaria municipal tenha a gestão exclusiva dos recursos, sob pena de burlar a função do próprio fundo que deve ser intimamente ligado aos projetos do conselho, elaborados propriamente por ele ou aquiescendo a alguma proposta governamental, de modo a não se confundir o orçamento da secretaria com os recursos vinculados ao fundo.

Acerca da utilização dos recursos vinculados aos Fundos Especiais, assim determina o parágrafo único do artigo 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 8º. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea c do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso”

Ainda, as características básicas dos Fundos Especiais estão assim definidas em recente doutrina:

1 – Conceituação de fundo especial: Na dinâmica da Administração Pública, alguns programas de trabalho apresentam-se munidos de importância vital e, por isso mesmo, necessitam de um fluxo contínuo de recursos financeiros que lhes garantam desenvolvimento integral e ininterrupto. Nesse sentido, a Administração, através de lei, vincula, associa, ‘amarra’ determinadas receitas públicas a atividades tidas como especiais. Enquanto que para outro setor da atividade pública não importa a origem dos recursos que lhe financiam as ações (impostos próprios, impostos transferidos, aluguel do patrimônio físico, entre outros), o fundo dispõe de receitas definidas, marcadas, carimbadas; aconteça o que acontecer, tais rendas ser-lhe-ão repassadas, sob pena de descumprimento de lei.

2 – Características básicas do fundo especial: De um modo geral, esses fundos revestem-se dos seguintes pressupostos: instituem-se através de lei, que é sempre de iniciativa do Poder Executivo (art. 167, IX, da CF); financiam-se mediante receitas especificadas na lei de criação, daí sua autonomia financeira; vinculam-se somente às atividades para cujo atendimento foram criados; dispõem de orçamento próprio, denominado plano de aplicação; transferem para o exercício seguinte eventual saldo positivo apurado em sua movimentação financeira anual; contam com normas especiais de controle e prestação de contas.

3 – Personalidade jurídica dos fundos especiais: O fundo





especial não dispõe de personalidade jurídica. É parte da política de desconcentração promovida no seio da Administração direta; diferente, pois, da prática da descentralização, em que o ente central transfere a execução dos serviços públicos a outra pessoa jurídica (autarquias, fundações, empresas públicas etc.).



4 – Constituição orçamentária dos fundos especiais: Na peça orçamentária, o fundo especial comparece sob a forma de uma atividade funcional programática ou de uma unidade orçamentária, relacionadas, ambas, a um órgão de primeiro escalão existente na estrutura da Administração Pública Centralizada (Secretaria ou Departamento).

5 – Movimentação financeira dos fundos especiais: O fundo especial materializa exceção ao princípio do caixa único de que fala o art. 56 da Lei nº 4.320. A entrega dos recursos a ele pertencentes acontece mediante simples repasse de tesouraria. Conta bancária central para conta vinculada do fundo; portanto, simples movimento entre contas do ativo financeiro; isto, claro, não é despesa; dispensa emissão de empenho, que só se materializa quando o fundo realiza, de fato, suas próprias despesas.

6 – Ordem cronológica dos pagamentos dos fundos especiais: Conforme o art. 5º da Lei nº 8.666, o instituto da ordem cronológica de pagamentos tem como marco divisor a fonte diferenciada de recursos. Fonte de recursos tem a ver com o destino do dinheiro público. Dessa forma, o fundo especial constitui fonte diferenciada de recursos e, por isso, tem programação específica de desembolsos, isto é, cronologia própria de pagamentos.

7 – Processamento da despesa do fundo especial: A despesa desse mecanismo financeiro realiza-se como qualquer outra despesa pública. Integrante da Administração Centralizada, não há por que o fundo dispor de estrutura própria para processamento de seu dispêndio, exceto nos casos em que o alto volume de recursos justifique tal especialização. Nessa linha de raciocínio, o fundo não precisa de um setor de contabilidade, vez que toda a sua movimentação orçamentária e patrimonial será incorporada à Contabilidade Geral do Município.

Conforme já explanado, o Projeto de Lei é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do artigo 32, parágrafo único, inciso VIII da Lei Orgânica do Município.

Neste tópico cumpre informar que o Projeto de Lei trata de criação de Conselho Municipal, órgão colegiado ligado à Administração Pública, que exerce parcela do Poder Público através de seus integrantes, desempenhando as suas funções de colaboradores na criação, implantação e execução de políticas públicas, equiparando-se às funções de um servidor público municipal, que tem suas atribuições fixadas por norma de iniciativa privativa do Prefeito Municipal.

Assim dispõe o artigo 19 da Lei Complementar 912/2011, que trata da reorganização administrativa do Poder Executivo:

Art. 19. Integram também a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Botucatu na qualidade de órgão especiais:

I. Comissão Permanente



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



II. Conselho Municipal

III. Comissão Municipal

IV. Comissões Especiais

V. Fundo Social de Solidariedade do Município de Botucatu

Parágrafo único. Os órgãos especiais estabelecidos neste artigo são estabelecidos e regulamentados por legislações próprias



O *quorum* para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é o de **maioria absoluta**, conforme estabelece o artigo 40, II, “i” do Regimento Interno da Câmara Municipal de Botucatu (RI).

Assim, o Projeto de Lei, para ser aprovado, deverá contar com votos favoráveis de mais da metade dos membros da Câmara Municipal de Botucatu (artigo 39, § 2º do RI).

Cabe salientar que o projeto em apreço deve ser encaminhado às Comissões temáticas pertinentes, notadamente, à Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ), bem como à Comissão de Cultura e Lazer.

Portanto, o Projeto de Lei não padece de vícios regimentais, legais ou constitucionais e deve ser apreciado pelo Plenário da Câmara Municipal de Botucatu, cabendo aos nobres Vereadores desta Casa de Leis a sua análise e a deliberação quanto ao mérito.

Esse é o parecer, salvo melhor juízo.

Botucatu, 16 de julho de 2025.

PAULO ANTONIO CORADI FILHO

Procurador Legislativo
OAB-SP 253.716

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 60KD-40KN-K56M-17PC
Para validação acessar: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOTUCATU



Assinaturas Digitais



O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar?chave=60KD40KNK56M17PC>, ou vá até o site <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: 60KD-40KN-K56M-17PC

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - 60KD-40KN-K56M-17PC
Para validação acessar: <https://camarabotucatu.sp.gov.br/consulta/documentos/autenticar>